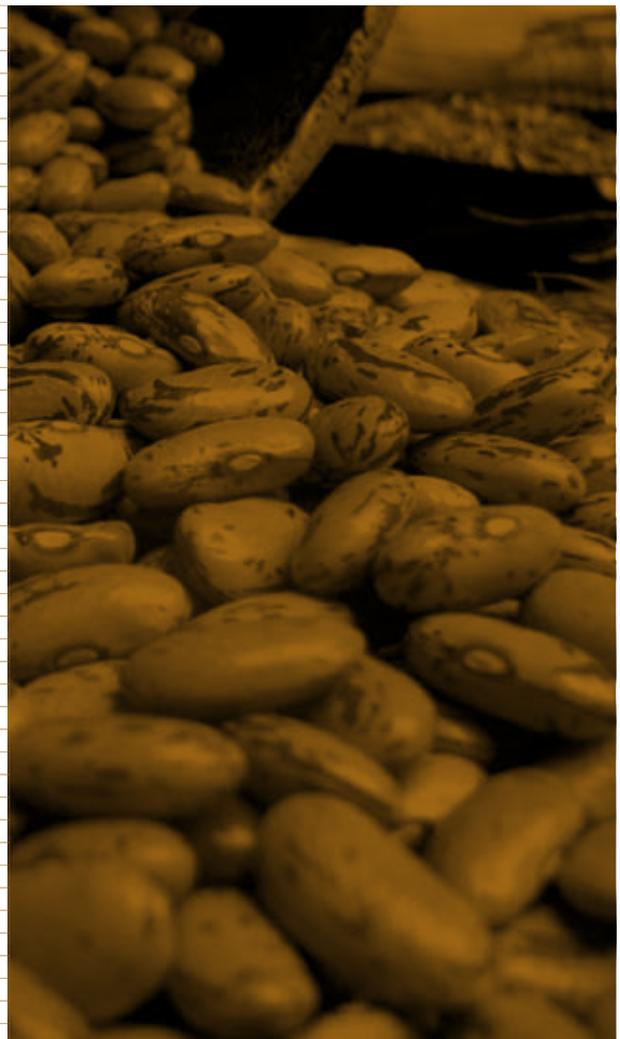

AGENDA ESTRATÉGICA 2010 - 2015

FEIJÃO



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretaria Executiva

Agenda Estratégica

Feijão — 2010 - 2015

**Missão
Mapa**

*Promover o desenvolvimento sustentável e
a competitividade do agronegócio
em benefício da sociedade brasileira.*

Brasília - DF
2011

@ 2011 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada à fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.
A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é do autor.

Tiragem: 50 exemplares

Ano 2011

Elaboração, distribuição, informações:

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria Executiva

Coordenação-Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco D – Ed. sede

CEP: 070043-900, Brasília – DF

Tel.: (61) 3218-2772

Fax.: (61) 3225-4200

www.agricultura.gov.br

e-mail: cgac@agricultura.gov.br

Central de Relacionamento: 0800 704 1995

Coordenação Editorial: Assessoria de Comunicação Social

Equipe técnica:

Aguinaldo José de Lima

Paulo Marcio Mendonça Araujo

Ayrton Jun Ussami

Francisco de Assis Mesquita Facundo

Manoel Galvão Messias Junior

Sônia Azevedo Nunes

Daniela Firmino Santana

Joana Fernandes Vieira

Leandro Pires Bezerra de Lima

Lara Katryne Felix Pinto

Francisca Leôncio de Sales Mendes

Marcos Gilberto Maia Bizerra,

Ruben Bezerra Oliveira

Carmen Santos

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Catálogo na Fonte
Biblioteca Nacional de Agricultura – BINAGRI

Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Feijão / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria Executiva. – Brasília : Mapa/ACS, 2011.

52 p. (Agenda Estratégica 2010 – 2015)

1. Feijão. 2. Agricultura. I. Secretaria Executiva. II. Série.

AGRI 2400
CDU 633.91

INTRODUÇÃO

A Agenda Estratégica 2010 - 2015 é fruto do trabalho coletivo do conjunto das entidades representantes do setor privado em seus diversos elos da Cadeia Produtiva e representantes do Governo Federal que compõem a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Feijão, proporcionando o ordenamento dos trabalhos, organizando, sistematizando e racionalizando as ações e objetivos estabelecidos pela Câmara Setorial, com uma visão de futuro.

A estruturação de uma Agenda de trabalho da Cadeia Produtiva proporciona condições de ampliar as discussões além das questões pontuais do dia a dia da Cadeia, as chamadas questões conjunturais, como permitem pensar no futuro, construir planos e projetos de longo prazo que permitam o desenvolvimento da Cadeia como um todo, com competitividade e sustentabilidade, as chamadas questões estruturais.

A elaboração desta Agenda Estratégica teve início dia 24 de fevereiro de 2010, quando o plenário da 13ª Reunião Ordinária, aprovou a composição de um grupo de trabalho para tal objetivo sob a CGAC-Coordenação Geral de Apoio as Câmaras Setoriais do MAPA. Já no dia 25 de maio foi realizada a primeira reunião do grupo em um dia inteiro de trabalho, ocasião em que, por meio de metodologia adequada, foi levantado um conjunto de propostas dispostas em 10 temas. Após esse primeiro exercício, a Coordenação-geral das Câmaras Setoriais realizou um trabalho de organização e sistematização desse conjunto de propostas, por Temas, Itens de Agenda e algumas Diretrizes. Esse trabalho foi conduzido de forma a agrupar esse conjunto de propostas em eixos temáticos que possam ser trabalhados e aprofundados por grupos de trabalhos específicos a serem criados nas próximas reuniões da Câmara Setorial e ou outras deliberações pertinentes. Para fechar a proposta inicial da Agenda Estratégica o Grupo de Trabalho voltou a se reunir no dia

28 de junho com o objetivo de consolidar e validar a sistematização realizada.

A partir de então a proposta de Agenda aprovada pelo Grupo de Trabalho foi encaminhada para todos os membros da Câmara Setorial que tiveram oportunidade de questioná-la e contribuir com sugestões. Providencia seguinte foi submetê-la a discussão e aprovação em reunião ordinária da Câmara Setorial.

A Agenda Estratégica tem caráter dinâmico e todas as oportunidades de contribuição dos membros integrantes da Câmara Setorial foram e serão considerados. Sendo observado o caráter consultivo e de espaço de diálogo privilegiado proporcionado pelo ambiente das Camaras Setoriais no processo de elaboração de políticas públicas e privadas, como orientadora da ação executiva do MAPA, demais órgãos de governamentais e a própria Iniciativa Privada envolvida na Cadeia Produtiva.



Objetivos



A Agenda Estratégica tem como principais objetivos:

- (1) Estabelecer um plano de trabalho para a Cadeia para os próximos 5 anos;
- (2) Facilitar e organizar a ação conjunta das Câmaras nos assuntos de interesse comum, e
- (3) Fortalecer as Câmaras como ferramentas de construção de Políticas Públicas e Privadas para o Agronegócio.

O documento a seguir apresenta o quadro resumo com os Grandes Temas, os itens da Agenda e as Diretrizes que balizarão a discussão dos temas e a construção de propostas por parte da Câmara.

Grupo de Trabalho

- Edivandro Seron - ANDEF
- Marcelo Luders - BBM
- Joao Figueiredo Ruas - CONAB
- Luiz Antonio Vizeu - ABIMAQ
- Alcido E.Wander - EMBRAPA
- Maria Jose del Piloso - EMBRAPA
- Milton C. Zancanaro - AIBA
- Fernando W. da Silveira - COAGRIL
- Petrarcas S. Deus - SPA/MAPA



Membros da Câmara

Presidente: Péricles Pessoa Salazar

Secretário: Ayrton Jun Ussami

Consultor Especial: Ângela Pimenta Peres

Membros da Câmara:

- **Associação Brasileira dos Cerealistas - ABRACE**
Titular: Manuel da Costa Pereira
Suplente: João Carlos de Castro Alves
- **Associação Brasileira de Sementes e Mudanças - ABRASEM**
Titular: Clodoaldo Calegari
Suplente: Fernando Prezzotto
- **Associação das Empresas Cerealistas do Brasil - ACEBRA**
Titular: Marcos Diniz Ferreira
Suplente: Roberto Carsalade Queiroga
- **Associação Nacional das Bolsas de Mercadorias - ANBM**
Titular: Milton Leal Maganha
Suplente: Petrônio Cordeiro Júnior
- **Associação Nacional de Defesa Vegetal - ANDEF**
Titular: Edivandro Seron
Suplente: Eduardo Figueiredo
- **Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural - ASBRAER**
Titular: Edson Alva Souza Oliveira
Suplente: Marco Antonio Brandão Borges
- **Bolsa Brasileira de Mercadorias - BBM**
Titular: Marcelo Luders
Suplente: Alan Erig



- **Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA**
Titular: Vitor Simão
Suplente: Rosemeire Cristina dos Santos
- **Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB**
Titular: João Figueiredo Ruas
Suplente: Wellington Silva Teixeira
- **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- EMBRAPA**
Titular: Maria José Del Peloso
Suplente: Alcido Wander
- **Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"- ESALQ/USP**
Titular: Durval Dourado Neto
- **Instituto Brasileiro do Feijão e Legumes Secos - IBRAFE**
Titular: Péricles Pessoa Salazar
Suplente: Hélio Dall Belo
- **Ministério da Agricultura/Secretaria de Política Agrícola- MAPA/SPA**
Titular: Petracas Santos de Deus
Suplente: Ronaldo Amaral de Paiva
- **Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA**
Titular: José Feldkircher
Suplente: José Henrique da Silva
- **Ministério da Fazenda - MF**
Titular: Mônica Avelar Antunes Netto
Suplente: Daniel Henrique Salgado
- **Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB**
Titular: Derci Censi
Suplente: Luiz Roberto Baggio



- **Universidade Federal de Lavras - UFLA**
Titular: João Bosco dos Santos
Suplente: Magno Antônio Patto Ramalho

- **Universidade de Brasília - UNB**
Titular: Everaldo Anastácio Pereira
Suplente: Josemar Xavier de Medeiros

Coordenação dos Trabalhos

**CGAC – Coordenação Geral de Apoio as Câmaras Setoriais e
Temáticas do MAPA**

Equipe: Aguinaldo José de Lima
Paulo Marcio Mendonça Araujo
Ayrton Jun Ussami
Lara Katryne Félix Pinto
Leandro Pires B. de Lima

1. ESTATÍSTICAS



Levantamento de áreas de produção e safras

Diretrizes:

1. Definir metodologias, sistema de governança, gestão do trabalho, orçamento, fontes de recursos anuais, cronograma de trabalho, implantação e manutenção;
2. Definir levantamento por área plantada, número de produtores, discriminar por variedades e espécies e por perfil tecnológico;
3. Utilizar as experiências já existentes, envolvendo participação de instituições de pesquisa e/ou extensão rural afins tendo como objetivo dados oficiais únicos.
4. Criar plataforma de dados comum e acesso a informação de forma objetiva e transparente
5. Estabelecer parcerias e ou convênios de cooperação técnica com instituições públicas e/ou privadas que possam colaborar de forma sistemática e contínua.
6. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, através da Conab, considerando dados já existentes
7. Contemplar o levantamento de perdas na produção por eventos ocasionais, seca, granizo, temporais, chuva na colheita
8. Realizar levantamento da produção de Sementes



Levantamento de estoques

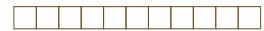
Diretrizes:

1. Aprimorar os trabalhos realizados pela Conab, incorporando informações da cadeia logística de distribuição;
2. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, através da Conab.
3. Estabelecer parcerias e ou convênios de cooperação técnica com instituições públicas e/ou privadas que possam colaborar de forma sistemática e contínua.

Levantamento do Consumo

Diretrizes:

1. Incorporar informações da cadeia logística de distribuição
2. Utilizar informações de pesquisas do IBGE e da Conab, além de informações levantadas nas indústrias, Supermercados, Ministério da Saúde e outras entidades da cadeia produtiva
3. Contemplar dados por Estados
4. Utilizar as experiências existentes de levantamento da produção industrial
5. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, através da Conab.
6. Estabelecer parcerias e ou convênios de cooperação técnica com instituições públicas e/ou privadas que possam colaborar de forma sistemática e contínua.



Levantamento do Parque de Beneficiamento



Diretrizes:

1. Implementar o cadastro nacional de empacotadores, utilizando iniciativas implantadas anteriormente pelo MAPA;
2. Contemplar dados por Estados
3. Contemplar levantamento dos diversos tipos de produtos beneficiados, grãos e derivados (ex:feijão em pó, pré-cozidos).
4. Verificar a capacidade instalada e volume processado anualmente. 5. Utilizar os dados do Cadastro Nacional de Atividade Econômica, (CNAE- IBGE), desde que possíveis
6. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, através da Conab.

Levantamento de custos de Produção

Diretrizes:

1. Aprimorar os trabalhos da CONAB, Associações, Cooperativas, EMBRAPA, Universidades e demais instituições afins com relação a metodologias e procedimentos;
2. Estabelecer parcerias e ou convênios com cooperativas, associações, instituições de extensão, pesquisa e centros tecnológicos, com o objetivo de obter apoio na coleta de informações "in loco".



Levantamento de preços de Mercado

Diretrizes:

1. Estabelecer parcerias e ou convênios de cooperação técnica com instituições públicas e/ou privadas , com o objetivo de obter apoio na coleta de informações “in loco” .
2. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, através da Conab.



Rede de PD&I do Feijão

Diretrizes:

1. Identificar todas as instituições de pesquisa públicas e privadas com trabalhos relevantes no setor;
2. Resgatar todo o acervo de pesquisa existente e disponibilizá-lo na rede
3. Recomendar a Embrapa para a coordenação da rede;
4. Sistematizar métodos e formas de captação de demandas de pesquisa dos diversos elos da cadeia
5. Utilizar o programa SIBRATEC/ MCT para viabilizar os recursos necessários para sua criação e implantação

Programa Nacional de PD&I do Feijão

Diretrizes:

1. Promover estratégias de captação de recursos públicos e privados disponíveis para pesquisa, desenvolvimento e inovação;
2. Buscar formas de minimizar perdas ao longo da cadeia;
3. Recomendar a Embrapa para a coordenação do programa
4. Desenvolver novas cultivares para os mercados interno e externo.
5. Priorizar a pesquisa aplicada a pragas e doenças, como o Mosaico Dourado/Mosca Branca



6. Refinar as técnicas de colheita
7. Ampliar e aprimorar a produção de Sementes
8. Pesquisar Resíduos Químicos em Grãos, seguindo a metodologia do PNRC do MAPA
9. Sistematizar métodos e formas de captação de demandas de pesquisa dos diversos elos da cadeia
10. Incentivar o melhoramento genético de grãos exportáveis
11. Contemplar a Proteção e Uso de Recursos Genéticos
12. Contemplar a Transgenia e Biotecnologia
13. Desenvolver novas técnicas de armazenagem para conservação com qualidade
15. Pesquisar resíduos de origem biológica em grãos, tais como aflatoxinas e outros.
16. Incluir a amostragem em nível nacional de patógenos para estimativa de raças e patótipos de fungos, formas resistentes a fungicidas, etc.
17. Integrar os resultados de PD&I às recomendações para a produção integrada de feijão.

3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

(Capacitação, Difusão e Extensão)



Plano Nacional de Assistência Técnica

Diretrizes:

1. Elaborar Programa Especifico de Capacitação de Profissionais de ATER, Cooperativas, Empresas Privadas;
2. Elaborar Programa Especifico de Capacitação de Produtores na Gestão Administrativa, Financeira e Comercial, contemplando temas como financiamento, seguro rural, programas de subvenção governamental, gestão ambiental e social, marketing e comercialização;
3. Elaborar Programas Especificos de Capacitação de Mão-de-Obra em toda a cadeia, com ênfase na manipulação de produtos para garantir a segurança alimentar;
4. Estabelecer convênios com Sistema S, Emater, SDC, Denacoop e Instituições Privadas
5. Elaborar Programa de Difusão e Extensão, com aplicação sistemática e permanente, com prioridade para a disseminação das tecnologias gerada pela Rede de Pesquisa;
6. Promover estratégias de captação de recursos públicos e privados disponíveis para capacitação, difusão e extensão.
7. Os Programas deverão contemplar ações sistematizadas e focadas em prioridades de cada região ou Estado, contemplando as características regionais segundo tecnologias de produção, tamanho da propriedade, etc;



8. Contemplar as ações de coleta sistematizada de demandas de pesquisa para que sejam encaminhadas ao Programa de Pesquisa do Setor
9. Fortalecer no Plano a difusão de tecnologias existentes e das geradas pela Pesquisa Agropecuária
10. Medir a eficiência dos programas de capacitação, estabelecendo avaliação periódica com a participação da Câmara Setorial
11. Identificar propriedades de referência no conjunto de tecnologias e manejo para sugerir pacotes tecnológicos mínimos de referência
12. Contemplar o estímulo ao Cooperativismo e Associativismo
13. Promover capacitações de inclusão digital de produtores
14. Promover avanços na colheita mecanizada
15. Realizar eventos técnicos e científicos
16. Incentivar o uso de Sementes Certificadas
17. Promover a capacitação do pós-colheita nas propriedades.
18. Criar incentivos (exemplo: redução de juros em operações de crédito oficial ou acesso facilitado a operações de financiamento) se atingidas determinadas metas de conclusão de capacitações, pelos produtores e seus funcionários;
19. A certificação dos alunos deve ser gradual para ampliar a motivação e continuidade do processo educativo



Fiscalização e Controle

Diretrizes:

1. Fortalecer a Estrutura de Fiscalização e Harmonização de Procedimentos
2. Promover programas permanentes de Capacitação de Fiscais Federais e Estaduais;
3. Integrar e harmonizar as ações de fiscalização entre Municípios, Estados e Governo Federal
4. Fortalecer e harmonizar fiscalização nas empacotadoras e supermercados
5. Fortalecer o acompanhamento dos Estoques Públicos realizado pela Conab e outras entidades.
6. Implementar o credenciamento e certificação de armazéns
7. Implementar o programa de convenio SUASA - Serviço Único de Aviso de Serviço Sanitário, que envolve as esferas Federal, Estadual e Municipal.
8. Agilizar os processos de Análises de Riscos de Pragas do Setor



Fiscalização de Sementes

Diretrizes:

1. Aprimorar a fiscalização de Sementes e Laboratórios (CFO).
2. Aprimorar e ampliar a rede de laboratórios credenciados no MAPA

Marcos Regulatórios

Diretrizes:

1. Aprimorar o diálogo com o MAPA na elaboração dos normativos do setor
2. Discutir a regulamentação da Portaria 54/2009 que trata Controle Higiênico Sanitário
3. Harmonizar, simplificar e adequar os marcos regulatórios à realidade do setor
4. Discutir e harmonizar a legislação sobre CFO e CFO Consolidado e Permissão de Trânsito Vegetal – PTV
5. Revisar norma que define tempo máximo de armazenagem

Classificação

Diretrizes:

1. Revisar e adequar a IN 12 à realidade do setor;
2. Rever a legislação que regulamenta a classificação e os padrões de identidade e qualidade do feijão
3. Incluir na rotulagem a obrigatoriedade de divulgação do nome da cultivar.



Registro de Defensivos



Diretrizes:

1. Promover o registro de produtos específicos;
2. Agilizar os processos de aprovação de novos produtos;
3. Levantar e identificar as classes de defensivos com poucos produtos registrados
4. Cancelar o registro de produtos não mais utilizados e verificar a existência de produtos condenados me outros países.

5. GESTÃO DA QUALIDADE



Selo de Qualidade do IBRAFE

Diretrizes:

1. Aprimorar e intensificar o programa de uso do selo ;
2. Garantir a qualidade do produto;
3. Viabilizar a rastreabilidade
4. Contemplar o uso do calorímetro, como parâmetro oficial de cor do grão.

Programa de Produção Integrada do Feijão

Diretrizes:

1. Construir programa no âmbito dos programas SAPI do MAPA, agilizando a sua publicação e implementação. Respeitando as características de produção regional e perfil tecnológico ;
2. Incluir na discussão o processo de rastreabilidade da Produção Integrada inclusive no Processo de empacotamento
3. Incluir no programa incentivos para adesão ao programa, como a linha de financiamento específico para produtores com certificação de produção integrada.

6. MARKETING E PROMOÇÃO



Mercado Interno

Diretrizes:

1. Promover ações de incentivo ao consumo aproveitando as iniciativas já em andamento, promovendo as qualidades funcionais do Feijão, valorizando seus atributos nutricionais e funcionais;
2. Ressaltar os aspectos positivos Econômicos, Sociais e Ambientais da atividade
3. Identificar mecanismos de captação de recursos para viabilizar a aplicação do plano. Ex. Fundo do setor.
4. Promover ações incentivando programas federais, estaduais e municipais para distribuição em merenda escolar, inclusive creche.
5. Trabalhar o Marketing Institucional em parceria com o MAPA seguindo o exemplo do Café
6. Desenvolver novos mercados para produtos derivados do feijão
7. Prospectar demandas/ gargalos da indústria de transformação do feijão.



Mercado Externo

Diretrizes:

1. Atuar junto à SRI/MAPA, APEX, MRE, inclusive internacionais como USDA, FAO, etc.
2. Potencializar as ações em andamento
3. Ressaltar os aspectos positivos Econômicos, Sociais e Ambientais e de Saúde
4. Identificar mecanismos de captação de recursos para viabilizar a aplicação do plano. Ex. Fundo do setor.
5. Envolver os Adidos Agrícolas na exposição internacional do feijão brasileiro
6. Prospectar novos mercados e desenvolver produtos com base nas preferências dos mercados-alvo

7. GOVERNANÇA DA CADEIA



Entidade de Representação da Cadeia

Diretrizes:

1. Fortalecer o IBRAFE como representação nacional
2. Discutir estratégias de organização de Governança da Cadeia para gerir um fundo de atividades voltadas a marketing e promoção, capacitação, inteligência competitiva, etc..
3. Estudar experiências de fundos similares em outras atividades do agronegócio

Relacionamento com o varejo

Diretrizes:

1. Estreitar o relacionamento com o varejo para aprimorar a qualidade dos produtos oferecidos aos consumidores

Serviço de Inteligência Competitiva

Diretrizes:

1. Construir Banco de Dados, com informações de produção, preços, consumo e outras informações, em um ambiente único.
2. Buscar envolvimento de órgãos e entidades diretamente envolvidas com o Setor para montagem do Serviço de Inteligência
3. Definir a constituição e operação do Serviço de Inteligência Competitiva, aproveitando a experiência da REFEIJÃO.



4. Investigar modelos de organização de outras Cadeias Produtivas
5. Realizar diagnóstico socioeconômico do setor para subsidiar a elaboração de políticas públicas de fomento à atividade
6. Elaborar estudo sobre o fortalecimento da cadeia produtiva em regiões de baixo consumo per capita
7. Investigar mercados potenciais para exportação
8. Construir uma plataforma exportadora de Feijão
9. Investigar formas inovadoras de comercialização
10. Promover estudos que promovam a diversificação de produtos para a indústria do Feijão

Infraestrutura e Logística

Diretrizes:

1. Definir estratégias locais para garantir os investimentos em infraestrutura produtiva, assegurando a qualidade e competitividade do produto
2. Definir estratégias para utilização de emendas parlamentares no investimento em infraestrutura e logística necessária ao escoamento da produção ;
3. Promover a acessibilidade digital nas propriedades rurais



Armazenagem



Diretrizes:

1. Promover novos métodos de armazenagem mais eficientes, com custos compatíveis, que garantam a qualidade do produto;
2. Melhorar e ampliar a estrutura de Armazenagem
3. Criar incentivos à modernização das estruturas
4. Revisar definição máxima de tempo de armazenagem

GMO

Diretrizes:

1. Discutir a viabilidade, pertinência e o interesse do setor na adoção de variedades geneticamente modificadas de feijão

8. CRÉDITO E SEGURO



Seguro Rural

Diretrizes:

1. Revisar as regras do Seguro para a produção do Feijão em função de suas especificidades;
2. Buscar o acesso a pequenos produtores desvinculados do crédito oficial;
3. Avaliar a possibilidade de criar Cooperativas de Seguros, com base nas experiências já existente em outras cadeias ou outros países

Crédito

Diretrizes:

1. Garantir maior acesso ao crédito;
2. Trabalhar firmemente na reformulação do Crédito Rural Oficial;
3. Criar mecanismos de crédito rotativo
4. Criar incentivos em financiamentos específicos para produtores com certificação de produção integrada.

9. COMERCIALIZAÇÃO



Instrumentos de Apoio à Comercialização

Diretrizes:

1. Garantir a efetiva aplicação do preço mínimo.
2. Atender as demandas conjunturais, em tempo hábil, como AGF e contratos de opções dentre outros instrumentos de comercialização.
3. Estimular a participação do setor na construção de instrumentos de política agrícola
4. Avaliar a pertinência de se estabelecer preços mínimos diferenciados por variedade/tipo

Aquisições Governamentais

Diretrizes:

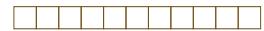
1. Fortalecer os programas governamentais de aquisição de alimentos, nas compras de merenda escolar e aquisições dos Ministérios Militares.

Leilões Direto do Produtor

Diretrizes:

1. Desenvolver novos mecanismos de comercialização;
2. Fomentar a comercialização em Bolsa e Mercados Futuros em leilões direto do produtor;
3. Promover o registro de contratos na Bolsa de Mercadorias

10. LEGISLAÇÃO



Legislação Tributária

Diretrizes:

1. Realizar diagnóstico da estrutura tributária que incide sobre a cadeia produtiva ;
2. Buscar tratamento tributário homogêneo nos diversos estados – ICMS
3. Adequar as Políticas Tributárias às necessidades e características do Setor

Legislação Trabalhista

Diretrizes:

1. Adaptar a Legislação Trabalhista à realidade rural

Legislação Ambiental

Diretrizes:

1. Acompanhar a discussão do Código Florestal

Lei de Proteção de Cultivares 9.456/97

Diretrizes:

1. Atuar em ações conjuntas com demais setores dos Agronegócios interessados na aprovação do projeto de lei elaborados pelo governo e que se encontra na Casa Civil ;



2. Atentar para a inclusão da violação dos direitos de obtentor vegetal no âmbito de atuação do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e delitos contra a Propriedade Intelectual;
3. Atentar para inclusão de cláusula de poder de polícia administrativa como medida de controle das infrações assinaladas no texto da lei, sem prejuízo da responsabilidade civil ou penal.



Tema		Diretrizes	
1. ESTATÍSTICAS	Levantamento de Estoques	1. Aprimorar os trabalhos realizados pela Conab, incorporando informações da cadeia logística de distribuição	
		2. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, através da Conab.	
		3. Estabelecer parcerias e ou convênios de cooperação técnica com instituições públicas e/ou privadas que possam colaborar de forma sistemática e contínua.	

Tema		Diretrizes	
1. ESTATÍSTICAS	Levantamento do consumo	1. Incorporar informações da cadeia logística de distribuição	
		2. Utilizar informações de pesquisas do IBGE e da Conab, além de informações levantadas nas indústrias, Supermercados, Ministério da Saúde e outras entidades da cadeia produtiva	
		3. Contemplar dados por Estados	
		4. Utilizar as experiências existentes de levantamento da produção industrial	
		5. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, através da Conab.	
		6. Estabelecer parcerias e ou convênios de cooperação técnica com instituições públicas e/ou privadas que possam colaborar de forma sistemática e contínua.	



Tema		Diretrizes	
Tema	Item		
2. PD&I	Rede de PD&I do Feijão	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar todas as instituições de pesquisa públicas e privadas com trabalhos relevantes no setor 2. Resgatar todo o acervo de pesquisa existente e disponibiliza-lo na rede 3. Recomendar a Embrapa para a coordenação da rede 4. Sistematizar metodos e formas de captação de demandas de pesquisa dos diversos elos da cadeia 5. Utilizar o programa SIBRATEC/ MCT para viabilizar os recursos necessários para sua criação e implantação 	

Tema		Diretrizes	
Tema	Item		
2. PD&I	Programa Nacional de PD&I do Feijão	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover estrategias de captação de recursos públicos e privados disponíveis para pesquisa, desenvolvimento e inovação. 2. Buscar formas de minimizar perdas ao longo da cadeia 3. Recomendar a Embrapa para a coordenação do programa 4. Desenvolver novas cultivares para os mercados interno e externo. 5. Priorizar a pesquisa aplicada a pragas e doenças, como o Mosaico Dourado/Mosca Branca 6. Refinar as técnicas de colheita 7. Ampliar e aprimorar a produção de Sementes 8. Pesquisar Resíduos Químicos em Grãos, seguindo a metodologia do PNRC do MAPA 9. Sistematizar metodos e formas de captação de demandas de pesquisa dos diversos elos da cadeia 10. Incentivar o melhoramento genético de grãos exportáveis 11. Contemplar a Proteção e Uso de Recursos Genéticos 	



Tema	Item	Diretrizes
3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA (Capacitação, Difusão e Extensão)	Plano Nacional de Assistência Técnica	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar Programa Específico de Capacitação de Profissionais de ATER, Cooperativas, Empresas Privadas. 2. Elaborar Programa Específico de Capacitação de Produtores na Gestão Administrativa, Financeira e Comercial, contemplando temas como financiamento, seguro rural, programas de subvenção governamental, gestão ambiental e social, marketing e comercialização 3. Elaborar Programas Específicos de Capacitação de Mão-de-Obra em toda a cadeia, com ênfase na manipulação de produtos para garantir a segurança alimentar 4. Estabelecer convênios com Sistema S, Emater, SDC, Denacoop e Instituições Privadas 5. Elaborar Programa de Difusão e Extensão, com aplicação sistemática e permanente, com prioridade para a disseminação das tecnologia gerada pela Rede de Pesquisa 6. Promover estratégias de captação de recursos públicos e privados disponíveis para capacitação, difusão e extensão. 7. Os Programas deverão contemplar ações sistematizadas e focadas em prioridades de cada região ou Estado, contemplando as características regionais segundo tecnologias de produção, tamanho da propriedade, etc; 8. Contemplar as ações de coleta sistematizada de demandas de pesquisa para que sejam encaminhadas ao Programa de Pesquisa do Setor 9. Fortalecer no Plano a difusão de tecnologias existentes e das geradas pela Pesquisa Agropecuária 10. Medir a eficiência dos programas de capacitação, estabelecendo avaliação periódica com a participação da Câmara Setorial 11. Identificar propriedades de referência no conjunto de tecnologias e manejo para sugerir pacotes tecnológicos mínimos de referência



Diretrizes		
Tema	Item	
4. DEFESA AGRÍCOLA	Fiscalização e Controle	1. Fortalecer a Estrutura de Fiscalização e Harmonização de Procedimentos
		2. Promover programas permanentes de Capacitação de Fiscais Federais e Estaduais
		3. Integrar e harmonizar as ações de fiscalização entre Municípios, Estados e Governo Federal
		4. Fortalecer e harmonizar fiscalização nas empacotadoras e supermercados
		5. Fortalecer o acompanhamento dos Estoques Públicos realizado pela Conab e outras entidades.
		6. Implementar o credenciamento e certificação de armazéns
		7. Implementar o programa de convenio SUASA - Serviço Único de Aviso de Serviço Sanitário, que envolve as esferas Federal, Estadual e Municipal.
		8. Agilizar os processos de Análises de Riscos de Pragas do Setor

Diretrizes		
Tema	Item	
4. DEFESA AGRÍCOLA	Fiscalização de Sementes	1. Aprimorar a fiscalização de Sementes e Laboratórios (CFO).
		2. Aprimorar e ampliar a rede de laboratórios credenciados no MAPA



Tema		Diretrizes	
5. GESTÃO DA QUALIDADE	Item Selo de Qualidade do IBRAFE	1. Aprimorar e intensificar o programa de uso do selo	
		2. Garantir a qualidade do produto	
		3. Viabilizar a rastreabilidade	
		4. Contemplar o uso do colorímetro, como parâmetro oficial de cor do grão.	

Tema		Diretrizes	
5. GESTÃO DA QUALIDADE	Item Programa de Produção Integrada do Feijão	1. Construir programa no âmbito dos programas SAPI do MAPA, agilizando a sua publicação e implementação. Respeitando as características de produção regional e perfil tecnológico ;	
		2. Incluir na discussão o processo de rastreabilidade da Produção Integrada inclusive no Processo de empacotamento	
		3. Incluir no programa incentivos para adesão ao programa, como a linha de financiamento específico para produtores com certificação de produção integrada.	

Diretrizes		
Tema	Item	
6. MARKETING E PROMOÇÃO	Mercado Interno	1. Promover ações de incentivo ao consumo aproveitando as iniciativas já em andamento, promovendo as qualidades funcionais do Feijão, valorizando seus atributos nutricionais e funcionais.
		2. Ressaltar os aspectos positivos Econômicos, Sociais e Ambientais da atividade
		3. Identificar mecanismos de captação de recursos para viabilizar a aplicação do plano. Ex. Fundo do setor.
		4. Promover ações incentivando programas federais, estaduais e municipais para distribuição em merenda escolar, inclusive creche.
		5. Trabalhar o Marketing Institucional em parceria com o MAPA seguindo o exemplo do Café
		6. Desenvolver novos mercados para produtos derivados do feijão
		7. Prospectar demandas/ gargalos da indústria de transformação do feijão.

Diretrizes		
Tema	Item	
6. MARKETING E PROMOÇÃO	Mercado Externo	1. Atuar junto à SRI/MAPA, APEX, MRE, inclusive internacionais como USDA, FAO, etc.
		2. Potencializar as ações em andamento
		3. Ressaltar os aspectos positivos Econômicos, Sociais e Ambientais e de Saúde
		4. Identificar mecanismos de captação de recursos para viabilizar a aplicação do plano. Ex. Fundo do setor.
		5. Envolver os Adidos Agrícolas na exposição internacional do feijão brasileiro
		6. Prospectar novos mercados e desenvolver produtos com base nas preferências dos mercados-alvo



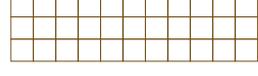


Tema		Diretrizes	
7. GOVERNANÇA DA CADEIA	Entidade de Representação da Cadeia	Item	1. Fortalecer o IBRAFE como representação nacional
			2. Discutir estratégias de organização de Governança da Cadeia para gerir um fundo de atividades voltadas a marketing e promoção, capacitação, inteligência competitiva, etc..
			3. Estudar experiências de fundos similares em outras atividades do agronegócio

Tema		Diretrizes	
7. GOVERNANÇA DA CADEIA	Relacionamento com o varejo	Item	1. Estreitar o relacionamento com o varejo para aprimorar a qualidade dos produtos oferecidos aos consumidores

Diretrizes	
Tema	Item
7. GOVERNANÇA DA CADEIA	Serviço de Inteligência Competitiva
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Construir Banco de Dados, com informações de produção, preços, consumo e outras informações, em um ambiente único. 2. Buscar envolvimento de órgãos e entidades diretamente envolvidas com o Setor para montagem do Serviço de Inteligência 3. Definir a constituição e operação do Serviço de Inteligência Competitiva, aproveitando a experiência da REFEIJÃO. 4. Investigar modelos de organização de outras Cadeias Produtivas 5. Realizar diagnóstico socioeconômico do setor para subsidiar a elaboração de políticas públicas de fomento à atividade 6. Elaborar estudo sobre o fortalecimento da cadeia produtiva em regiões de baixo consumo per capita 7. Investigar mercados potenciais para exportação 8. Construir uma plataforma exportadora de Feijão 9. Investigar formas inovadoras de comercialização 10. Promover estudos que promovam a diversificação de produtos para a indústria do Feijão

Diretrizes	
Tema	Item
7. GOVERNANÇA DA CADEIA	Infra Estrutura e Logística
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Definir estratégias locais para garantir os investimentos em infraestrutura produtiva, assegurando a qualidade e competitividade do produto 2. Definir estratégias para utilização de emendas parlamentares no investimento em infraestrutura e logística necessários ao escoamento da produção 3. Promover a acessibilidade digital nas propriedades rurais





Tema		Diretrizes	
7. GOVERNANÇA DA CADEIA	Item Armazenagem	1. Promover novos métodos de armazenagem mais eficientes, com custos compatíveis, que garantam a qualidade do produto	
		2. Melhorar e ampliar a estrutura de Armazenagem	
		3. Criar incentivos à modernização das estruturas	
		4. Revisar definição máxima de tempo de armazenagem	

Tema		Diretrizes	
7. GOVERNANÇA DA CADEIA	Item GMO	1. Discutir a viabilidade, pertinência e o interesse do setor na adoção de variedades geneticamente modificadas de feijão	



Tema		Diretrizes
9. COMERCIALIZAÇÃO	Instrumentos de Apoio à Comercialização	1. Garantir a efetiva aplicação do preço mínimo.
		2. Atender as demandas conjunturais, em tempo hábil, como AGF e contratos de opções dentre outros instrumentos de comercialização.
		3. Estimular a participação do setor na construção de instrumentos de política agrícola
		4. Avaliar a pertinência de se estabelecer preços mínimos diferenciados por variedade/tipo

Tema		Diretrizes
9. COMERCIALIZAÇÃO	Aquisições Governamentais	1. Fortalecer os programas governamentais de aquisição de alimentos, nas compras de merenda escolar e aquisições dos Ministérios Militares.

Tema		Diretrizes	
9. COMERCIALIZAÇÃO	Leilões Direto do Produtor	1. Desenvolver novos mecanismos de comercialização	
		2. Fomentar a comercialização em Bolsa e Mercados Futuros em leilões direto do produtor	
		3. Promover o registro de contratos na Bolsa de Mercadorias	

Tema		Diretrizes	
10. LEGISLAÇÃO	Legislação Tributária	1. Realizar diagnóstico da estrutura tributária que incide sobre a cadeia produtiva	
		2. Buscar tratamento tributário homogêneo nos diversos estados - ICMS	
		3. Adequar as Políticas Tributárias às necessidades e características do Setor	

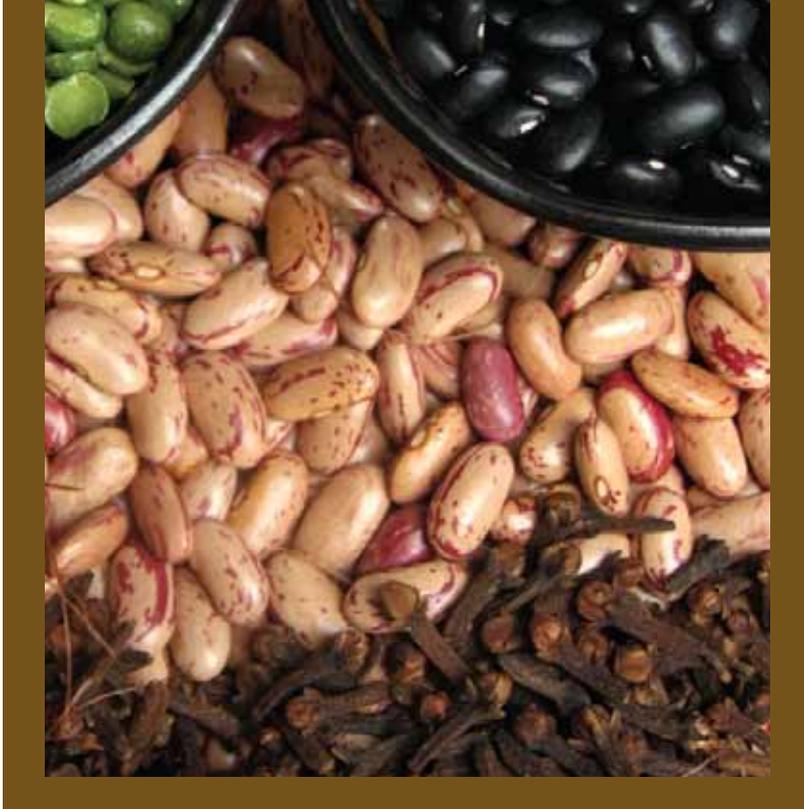
Tema		Diretrizes	
10. LEGISLAÇÃO	Legislação Trabalhista	1. Adaptar a Legislação Trabalhista à realidade rural	





Tema		Diretrizes	
10. LEGISLAÇÃO	Legislação Ambiental	1. Acompanhar a discussão do Código Florestal	

Tema		Diretrizes	
10. LEGISLAÇÃO	Lei de Proteção de Cultivares 9.456/97	<p>1. Atuar em ações conjuntas com demais setores do Agronegócio interessados na aprovação do projeto de lei elaborado pelo governo e que se encontra na Casa Civil</p> <p>2. Atentar para a inclusão da violação dos direitos de obtentor vegetal no âmbito de atuação do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e delitos contra a Propriedade Intelectual</p> <p>3. Atentar para inclusão de cláusula de poder de polícia administrativa como medida de controle de controle das infrações assinaladas no texto da lei, sem prejuízo da responsabilidade civil ou penal.</p>	



Secretaria
Executiva

Ministério da
**Agricultura, Pecuária e
Abastecimento**

G O V E R N O F E D E R A L
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA